

Ascensão social e complexos culturais: um ensaio sobre o trãnsfuga de classe

Rebeca Moreira Nália* 

Resumo

O presente ensaio investiga a experiência do trãnsfuga de classe (expressão utilizada para designar um indivíduo que ascende socialmente por meio da educação) analisando as tensões psíquicas e sociais envolvidas. A partir da perspectiva da psicologia analítica, discute-se a atuação de complexos culturais e a influência deles na subjetividade, afetando emoções, comportamentos e percepções de pertencimento. O texto articula essas questões à sociologia de Bourdieu, destacando conceitos como *habitus* e desigualdades estruturais. Reflete também sobre trajetórias de mobilidade social no contexto brasileiro, considerando as implicações clínicas, políticas e educacionais. ■

Palavras-chave: trãnsfuga de classe, complexos culturais, ascensão social, primeira geração universitária; psicologia analítica.

Autor correspondente:

Rebeca Moreira Nália
rebeca.mnalia@gmail.com

Recebido: 30/10/2025

Aprovado: 03/02/2026

Revisado: 10/03/2026

Como citar: Nália RM. (2026).

Ascensão social e complexos culturais: um ensaio sobre o trãnsfuga de classe. JUNGUIANA, 2026;44:e05.

<https://doi.org/10.70435/junguiana.v44.322>



* Pesquisadora independente, São Paulo, São Paulo - Brasil)
Graduada em Psicologia e especialista em Psicologia Analítica. Analista em formação pela Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA). Psicóloga clínica, supervisora, professora e mediadora de grupos de estudo.

Social mobility and cultural complexes: an essay on the class transfuge

Abstract

This essay investigates the experience of the class transfuge (expression that denotes an individual who achieves social mobility through education) examining the psychological and social tensions involved. From a Jungian perspective, it discusses the role of cultural complexes and their influence on subjectivity, affecting emotions, behaviors, and perceptions of belonging. The text also connects these issues to Bourdieu's sociology, highlighting concepts such as *habitus* and structural inequalities, and reflects on clinical, political, and educational implications for understanding trajectories of social mobility in the Brazilian context. ■

Keywords: class transfuge, cultural complexes, social mobility, first-generation university student, analytical psychology.

Ascenso social y complejos culturales: un ensayo sobre el desertor de clase

Resumen

Este ensayo investiga la experiencia del desertor de clase (expresión que designa a un individuo que asciende socialmente mediante la educación) analizando las tensiones psíquicas y sociales involucradas. Desde la perspectiva junguiana, se discute la actuación de los complejos culturales y su influencia en la subjetividad, afectando emociones, comportamientos y percepciones de pertenencia. El texto también articula estas cuestiones con la sociología de Bourdieu, destacando conceptos como *habitus* y desigualdades estructurales, y reflexiona sobre implicaciones clínicas, políticas y educativas en la comprensión de las trayectorias de movilidad social en el contexto brasileño. ■

Palabras clave: desertor de clase, complejos culturales, ascenso social, primera generación universitaria, psicología analítica.

Introdução

O termo trãnsfuga de classe (ou desertor de classe), cunhado e difundido por Pierre Bourdieu a partir da década de 1970, designa o indivíduo que vivencia uma trajetória de ascensão social, deslocando-se de uma origem popular para estratos mais privilegiados (BOURDIEU, 2008). Embora o conceito tenha raízes sociológicas consolidadas, ele recuperou centralidade no debate contemporâneo por meio da literatura. Escritores como a precursora Annie Ernaux e, mais recentemente, o francês Édouard Louis dão voz a esse deslocamento, fenômeno que encontra eco no cenário brasileiro contemporâneo em autoras como Tati Bernardi.

Essa mobilidade, frequentemente impulsionada pelo sistema educacional, descreve o movimento

de um corpo social que tenta subir, quase sempre partindo da margem em direção ao centro, do desamparo econômico rumo a um lugar de prestígio (Bourdieu, 2008). No entanto, essa ascensão não ocorre sem atritos. É justamente o “outro lado” dessas histórias de sucesso (o que se perde, o que se quebra, o que se silencia) que o conceito de trãnsfuga de classe busca iluminar. A trajetória do trãnsfuga é, ao mesmo tempo, narrativa de conquista e de batalha, travada entre mundos que raramente se comunicam em igualdade.

Nesse percurso, o indivíduo se vê tomado por um sentimento de não pertencimento que o atravessa em duas direções: a dificuldade de se adaptar ao novo ambiente de classe e, ao mesmo tempo,

a dolorosa ruptura com a identidade de origem. Essa dupla fricção (a estranheza no topo e o distanciamento da base) constitui o cerne do conflito. O ensino, ainda que se apresente como motor dessa mudança, é também o palco em que se encena a violência simbólica, conceito central na teoria de Bourdieu (2008). Ao valorizar e recompensar determinadas formas de capital cultural e social, naturalmente mais acessíveis às classes dominantes, o sistema educacional ergue barreiras sutis, mas poderosas, àqueles que delas carecem, perpetuando a distinção e a exclusão (Bourdieu, 2011).

É nesse contexto teórico que o conceito de trãnsfuga de classe se entrelaça à teoria dos capitais de Bourdieu. A posição social de um sujeito é determinada pela combinação e pelo volume de diferentes formas de capital – econômico (dinheiro, bens), cultural (formação, títulos, referências) e social (redes e conexões), entre outros. O trãnsfuga, ao realizar a travessia entre classes, busca converter um tipo de capital (muitas vezes o cultural, obtido pela educação) em outros, como o econômico e o simbólico (Bourdieu, 2008). Sua experiência de ascensão é, portanto, a prova viva de que a distribuição desigual desses capitais não apenas estrutura as classes, mas também produz efeitos psíquicos profundos, moldando as vivências subjetivas e os conflitos que emergem do deslocamento social.

Um outro conceito importante em Bourdieu é o *habitus*, que se refere a um sistema de disposições duráveis e transponíveis, moldadas pelas experiências de vida e pela socialização. Trata-se de um conjunto de esquemas de percepção, de pensamento e de ação que orienta, de modo muitas vezes inconsciente, a forma como os indivíduos se posicionam, sentem e interpretam o mundo social. O *habitus* expressa, portanto, a interiorização das estruturas objetivas da sociedade (como classe social, nível educacional, origem familiar e capital cultural), convertendo-as em modos de ser, em preferências e em comportamentos que parecem naturais, mas que são, na verdade, o resultado de uma história social incorporada. Assim, o *habitus* atua como uma espécie de ponte entre o individual e o coletivo, entre a biografia e a estrutura, revelando como as condições

de vida moldam subjetividades e delimitam horizontes de possibilidade (Bourdieu, 2011).

Embora a sociologia e a literatura já tenham se debruçado amplamente sobre o tema, é relevante investigar-lo sob o olhar da psicologia analítica, especialmente à luz do conceito de complexos culturais. O foco deste trabalho recai sobre o contexto brasileiro e sobre as implicações subjetivas vividas por aqueles que inauguram, em suas famílias, o acesso ao ensino superior – sujeitos que, em grande parte, chegaram à universidade por meio das políticas de ação afirmativa.

Primeira geração universitária

Como era de se esperar em um país marcado por desigualdade social resultante de uma colonização violenta, a história da educação brasileira está profundamente atravessada pelo forte desnível no acesso. Nas últimas décadas, tivemos uma importante redução nos índices de analfabetismo. Por exemplo: em 2010 a taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam ler nem escrever era de 9,6 % e, em 2022, caiu para 7,0 % no mesmo grupo (IBGE, 2022). Mas foram muitos séculos nos quais a educação era privilégio de famílias abastadas. Dessa forma, o ensino superior sequer estava no radar de possibilidades das pessoas pobres.

O ingresso da primeira geração no ensino superior em famílias marcadas pela vulnerabilidade social pode se dar por diferentes caminhos. Entre eles, destaca-se o esforço de muitos jovens que trabalham para custear seus estudos. O surgimento de universidades e de faculdades com mensalidades mais acessíveis e horários flexíveis ampliou as possibilidades de ingresso no ensino superior, ainda que, para grande parte desses estudantes, o acesso tenha vindo acompanhado de uma rotina exaustiva, dividida entre o trabalho e as demandas acadêmicas.

Outra via de acesso se estabelece por meio das ações afirmativas voltadas à democratização do ensino superior. O surgimento das leis de ações afirmativas para o acesso ao ensino superior no Brasil não se configura como um evento abrupto ou isolado, mas como o ponto culminante de um longo e

complexo processo de luta por reconhecimento e por reparação histórica. Por décadas, o país sustentou o mito da “democracia racial” (uma narrativa sedutora, mas falaciosa) que, sob o véu da harmonia, disfarçava a persistente desigualdade social e racial herdada do passado escravocrata e colonial.

No âmbito da universidade pública brasileira, especialmente nas instituições federais, essa estrutura de privilégios operou com notável eficácia. Embora mantidas pelo Estado, as universidades foram, durante muito tempo, frequentadas majoritariamente por estudantes provenientes das classes mais abastadas – famílias com acesso a escolas privadas, com capital cultural consolidado e com redes de influência já estabelecidas. Para grande parte da população não branca e para egressos da escola pública, o acesso ao ensino superior existia apenas no plano formal: na prática, era negado ou severamente dificultado. A ideologia da “meritocracia” funcionava, nesse contexto, como um dispositivo de exclusão simbólica, validando tacitamente o capital econômico e cultural já acumulado pelas elites e marginalizando aqueles que não dispunham dos mesmos recursos.

Foi nessa fissura entre promessa e realidade que o debate sobre políticas compensatórias ganhou força. O movimento negro brasileiro, desde ao menos a década de 1980, já indicava a urgência de uma intervenção estatal estruturada: figuras como Abdias do Nascimento propuseram reservas de vagas em universidades e no serviço público como parte de um projeto de cidadania plena (Andrade, 2017).

Nos anos 2000, a agenda internacional também exerceu papel catalisador. A Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (realizada em Durban, em 2001) projetou o problema do racismo estrutural brasileiro no cenário global, exigindo do Estado ações concretas de enfrentamento ao legado da escravidão (ONU, 2011). Esse movimento internacional contribuiu para consolidar o debate das ações afirmativas com recortes racial e socioeconômico como política pública de Estado.

Antes da institucionalização em âmbito federal, diversas experiências pioneiras em universidades

brasileiras funcionaram como verdadeiros “laboratórios” de inclusão. Instituições estaduais e federais, em diferentes regiões, começaram a adotar cotas sociais e raciais, experimentando critérios variados. Embora os resultados variassem conforme o contexto, tornou-se evidente que a presença de estudantes cotistas não implicava queda na qualidade do ensino – ao contrário, quando acompanhadas de políticas de permanência, essas iniciativas mostraram desempenhos acadêmicos comparáveis ou superiores (Lima, 2010).

A consolidação definitiva das ações afirmativas no ensino superior público federal ocorreu com a sanção da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a chamada “Lei de Cotas”. A legislação determinou que, nas universidades e nos institutos federais, pelo menos 50% das vagas por curso e por turno fossem destinadas a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Desse total, metade das vagas (cerca de 25% do total) deve ser reservada a candidatos com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo. Além disso, a lei estabeleceu critérios étnico-raciais. Em 2016, a norma foi ampliada para incluir pessoas com deficiência. Assim, a igualdade formal diante da lei passou a ser complementada pela igualdade material, reconhecendo que não basta oferecer o mesmo tratamento a todos, é necessário adotar medidas específicas para corrigir desigualdades historicamente produzidas.

Para completar esse panorama, é preciso mencionar os programas que atuam no campo privado do ensino superior. O Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei nº 11.096/2005, concede bolsas integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e que atendem a critérios socioeconômicos definidos. O ProUni ampliou significativamente o acesso à educação superior privada para grupos historicamente excluídos ou sub-representados, configurando-se como política afirmativa baseada em renda e em origem escolar (Brasil, 2025).

Já o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), originado do programa de crédito educativo CREDUC em 1975 e reformulado pela Lei nº 10.260/2001, tem

como objetivo oferecer financiamento estudantil a cursos de graduação em instituições privadas com avaliação positiva no sistema nacional de ensino. Nos últimos dez anos, o programa beneficiou mais de um milhão de estudantes e destinou mais de R\$ 119 bilhões em recursos (Brasil, 2025).

Retomando, portanto, o fio condutor da ascensão social e a figura do sujeito que se desloca de classe – o trãnsfuga de classe –, é possível reconhecer que as políticas de inclusão representam formas concretas de acesso, mas não garantem, por si só, a plena integração simbólica nesse novo espaço. O indivíduo que rompe as barreiras impostas pela escola pública, pela origem racial ou pela renda baixa ingressa na universidade (pública ou privada) e converte, gradualmente, capital cultural em capital simbólico ou econômico. Contudo, esse movimento não se dá sem fricções. O sentimento de não pertencimento, a tensão entre o novo ambiente e a identidade de origem, e a violência simbólica inscrita nos mecanismos de seleção e de adaptação revelam que as marcas da exclusão permanecem operando em níveis sutis. Assim, ainda que tais programas sejam fundamentais para viabilizar o ingresso, eles não eliminam o peso histórico da desigualdade, nem a vulnerabilidade que acompanha essas trajetórias em processo de deslocamento.

Complexos culturais e a desigualdade social no Brasil

O conceito de complexo surge na obra de C. G. Jung para designar um núcleo psíquico relativamente autônomo – um conjunto de afetos, imagens e atitudes organizados em torno de um conteúdo emocional intenso, que se comporta como um “pequeno organismo” dentro da psique (Jung, 2013, p. 56, §93). Os complexos originam-se de experiências pessoais marcadas por forte carga afetiva, mas podem também adquirir dimensão coletiva quando o conteúdo é compartilhado socialmente.

Outra contribuição de Jung relevante para o desenvolvimento deste artigo encontra-se em sua obra *Seminários sobre Psicologia Analítica* (1925/2014, p. 142-143), na qual o autor apresenta, ainda que de

modo sucinto, uma concepção que poderíamos chamar de “geologia da personalidade”. Nesse contexto, Jung propõe um diagrama que ilustra as diferentes camadas que compõem a psique, abrangendo desde as influências do núcleo familiar até aquelas provenientes de clãs, nações e grandes grupos humanos. Ao formular essa imagem estratificada, Jung (1925/2014, p. 142-143) reconhece que a constituição psíquica do indivíduo é permeada por forças coletivas e históricas, de modo que a subjetividade se forma em constante interação com as esferas culturais e ancestrais de pertencimento.

Retomando e ampliando essa concepção, Joseph Henderson e outros autores pós-junguianos indicaram a existência de um estrato do inconsciente impregnado de conteúdos culturais – narrativas, feridas históricas, ritos e mitos – cujo impacto ultrapassa o plano discursivo e se inscreve na experiência psíquica dos indivíduos. A partir dessa perspectiva, pensadores contemporâneos, como Thomas Singer e Samuel Kimbles, desenvolveram a noção de complexo cultural como uma chave interpretativa para compreender os conflitos entre grupos, os preconceitos persistentes e a repetição de padrões históricos – como a humilhação racial, os ressentimentos coletivos e os mitos nacionais. Esses autores sugerem que a cultura pode literalmente “habitar” a psique, despertando respostas emocionais automáticas que se reatualizam através das gerações (Kimbles, 2003, Silva & Serbena, 2021).

Quais seriam, então, as características fundamentais de um complexo cultural? Em termos práticos e clínicos, é possível reconhecer alguns traços recorrentes: (1) origem histórica – uma vinculação com acontecimentos traumáticos ou marcantes na trajetória de um grupo; (2) afetividade intensa – emoções de grande carga energética, como vergonha, raiva ou orgulho ferido, que emergem diante de determinados estímulos; (3) transmissão intergeracional – narrativas, rituais e memórias familiares ou coletivas que mantêm o complexo em movimento; (4) automatismo – respostas emocionais que antecedem a reflexão consciente; e (5) conteúdo simbólico – imagens e mitos que organizam seu modo de expressão e atuação (Kimbles, 2003, Silva &

Serbena, 2021). Essas características ajudam a compreender por que debates políticos, tensões sociais e decisões institucionais frequentemente despertam resistências que escapam à lógica racional, evidenciando a dimensão inconsciente e arcaica que permeia a vida coletiva.

Um exemplo pertinente é o complexo racial, que constitui o núcleo afetivo-simbólico que organiza o racismo estrutural e o trauma da escravidão na psique coletiva brasileira (Parise & Scandiucci, 2022). Esse complexo atua de forma compulsiva, estabelecendo hierarquias e narrativas que naturalizam a desigualdade e a violência simbólica contra corpos não-brancos. Sua manifestação impõe aos indivíduos negros a exigência de uma dupla performance de excelência para desmentir os estereótipos a seu respeito (Brewster, 2025), ao mesmo tempo que permeia o inconsciente dos indivíduos brancos através do pacto narcísico da branquitude, responsável por garantir a invisibilidade de seus privilégios e de seu lugar normativo na sociedade (Parise & Scandiucci, 2022).

Neste panorama teórico, a própria experiência do trãnsfuga de classe, marcada por um sistema de disposições históricas, afetivas, simbólicas e de comportamento, pode ser entendida como um complexo cultural. Embora a estrutura de classes e a herança colonial sejam alicerces comuns de toda a sociedade brasileira, o presente artigo volta seu olhar especificamente para a vivência dos que emergem da base da pirâmide através da educação formal. O ingresso desses no ensino superior não se configura como um destino previsto, mas como uma ruptura com um histórico familiar de exclusão. A afetividade intensa se manifesta na culpa por “ter conseguido” e no medo paralisante de “perder tudo”, enquanto a contradição se manifesta na transmissão intergeracional: as vozes das gerações anteriores veiculam a reafirmação da inferioridade estrutural, ao mesmo tempo em que carregam o peso dos sonhos e dos sacrifícios. Essa dualidade, ao invés de inspirar leveza, converte a esperança de ascensão em um fardo afetivo que o trãnsfuga se sente na obrigação de carregar. Por fim, o conteúdo simbólico e o automatismo se revelam no sentimento de ser um impostor e na necessidade incessante de superação para justificar

o privilégio, que opera como uma resposta automática, anterior à reflexão consciente.

A potência dessa nomeação reside na articulação com o conceito bourdieusiano de *habitus*. A trajetória do trãnsfuga é o choque vivo entre um *habitus* de origem (internalizado a partir de condições de escassez e de vulnerabilidade) e o novo *habitus* do ambiente de destino (marcado pelo capital cultural consolidado das elites) (Bourdieu, 2011). Ao converter o capital cultural obtido pela educação em capital simbólico, o indivíduo realiza um movimento psíquico de diferenciação que, no entanto, é constantemente tensionado por esse choque de *habitus*. O complexo cultural do trãnsfuga de classe seria, assim, o núcleo afetivo-simbólico que emerge dessa fricção, moldando a subjetividade através de um sentimento de não pertencimento em duas direções: a estranheza no topo e o doloroso distanciamento da base.

É imperativo, contudo, manter a cautela metodológica. O fenômeno do trãnsfuga de classe, como categoria de análise sociológica e literária, é relativamente recente, assim como o contexto das políticas de inclusão no Brasil. Dessa forma, uma outra construção possível seria: a experiência do trãnsfuga também pode ser lida como um território de intersecção onde coexistem e se reativam múltiplos complexos e traumas culturais, de acordo com o contexto de cada sujeito.

Podemos citar, por exemplo, o complexo racial (acima descrito), além do complexo de inferioridade cultural, que pode se manifestar em diferentes configurações, como o “complexo de vira-lata” descrito por Byington (2013) através do sentimento coletivo de inferioridade cultural frente a nações hegemônicas, enraizado na história de colonização e de dependência brasileira. Essa dinâmica se aprofunda e se regionaliza, manifestando-se também no nível geográfico e social, em que a psique de regiões marginalizadas ou periféricas internaliza o estigma e a desvalorização impostos pelos centros de poder. Similarmente, o complexo heteropatriarcal (Pessoa, 2021) atua como o núcleo afetivo-simbólico que sustenta a dominação masculina e a supremacia heterossexual, impondo a violência simbólica

e a sobrecarga de culpa a mulheres e pessoas não correspondentes à heterocisnormatividade que buscam autonomia e espaço em ambientes de poder.

A ascensão social, nesse sentido, atua como um potente gatilho, trazendo para a consciência do indivíduo feridas e afetos que antes estavam latentes ou diluídos no cotidiano de sua classe de origem.

Na clínica e na análise social, trabalhar com complexos culturais requer um deslocamento do foco do indivíduo isolado para as redes simbólicas que atravessam famílias, instituições e narrativas coletivas. Esse trabalho implica: (a) nomear as imagens e as histórias que despertam reações enraizadas em experiências anteriores; (b) contextualizar os sintomas individuais à luz de uma história coletiva, reconhecendo a presença do passado na subjetividade; (c) criar espaços de simbolização, nos quais a dor histórica possa ser elaborada em vez de simplesmente repetida; e (d) articular a escuta psíquica com ações institucionais de reparação e sustentação – como políticas de permanência, revisões curriculares e reconhecimento de saberes marginalizados.

Clínica junguiana contemporânea

Lançar luz sobre os complexos culturais não significa, de modo algum, universalizar as experiências ou reduzir trajetórias singulares a um padrão coletivo. É preciso reconhecer que nem todas as pessoas que vivenciam a ascensão social por meio da educação – especialmente aquelas que integram a primeira geração universitária de suas famílias – manifestarão, necessariamente, os efeitos de complexos culturais ligados à classe ou às estratégias psíquicas de adaptação. Cada história carrega suas próprias mediações, seus próprios modos de simbolização e suas formas próprias de lidar com o deslocamento social.

A motivação para investigar e para escrever sobre esse tema surgiu da própria experiência clínica, à medida que a autora passou a reconhecer a recorrência de pacientes atravessados por conflitos semelhantes. Ainda que a psicoterapia não figure como prática habitual em seus contextos familiares de origem, muitos desses sujeitos, ao alcançarem certa estabilidade econômica, buscaram o processo

analítico como tentativa de elaborar um mal-estar que a conquista material já não conseguia silenciar. É como se, uma vez garantida a sobrevivência, emergisse o impulso (ou a urgência) de atribuir sentido à trajetória percorrida e às marcas deixadas pelo árduo movimento de ascensão.

Ao atravessar o limiar da universidade ou de um novo ambiente profissional, o trãnsfuga de classe pode carregar consigo a marca silenciosa da “falta de pedigree”. Falta-lhe o capital simbólico e relacional que se herda: aquele saber tácito sobre como circular nos espaços, o vocabulário certo, os códigos não ditos que abrem portas invisíveis. Essa ausência se traduz em diferentes acessos, não apenas ao conhecimento, mas também às redes de influência e de pertencimento. O que, para alguns, é terreno familiar, para ele, é território estrangeiro. Assim, o sentimento de estar sempre um passo atrás se instala, não raro acompanhado da culpa por não corresponder à expectativa de quem ficou.

Para muitos, essa trajetória carrega ainda um peso intergeracional: eles são a aposta única, a promessa de que o esforço de toda uma linhagem valerá a pena. Essa esperança, que pode nascer do amor e da necessidade, pode facilmente se transformar em fardo. É possível que a conquista, quando chega, não venha acompanhada de leveza, mas sim de um medo de decepcionar, com a sensação de que qualquer deslize colocará tudo a perder. Não raro, essa culpa se disfarça de hiperprodutividade, de autocobrança incessante, de uma tentativa de justificar, a cada passo, o privilégio recentemente conquistado.

No ambiente de destino, as lacunas não são apenas simbólicas, são também concretas. A ausência de repertório em temas como planejamento financeiro ou gestão de carreira, comum em famílias de origem modesta, aprofunda a sensação de instabilidade. Surge, então, uma autocobrança incessante, acompanhada pelo medo paralisante de “perder tudo” e de retornar à escassez. O corpo e a mente passam a operar em estado de alerta contínuo, e o desempenho torna-se uma forma de sobrevivência psíquica. Não surpreende, portanto, que essa tensão constante abra caminho para quadros de ansiedade, de depressão e de *burnout*.

Para agravar o quadro, soma-se a autossuficiência forçada – um traço aprendido cedo, quando depender significava risco e a autonomia era condição de segurança. Essa postura, que um dia foi recurso de proteção, transforma-se em prisão: o trãnsfuga não apenas encontra dificuldade em pedir ajuda, mas, muitas vezes, sequer tem a quem recorrer. No novo contexto social, falta-lhe uma rede de apoio genuína; no antigo, já não há identificação possível. O resultado é um sentimento de duplo desenraizamento: a solidão de quem chegou longe, mas não sabe bem onde está.

Nesse contexto, a psicoterapia surge como um espaço de resgate e de legitimação da própria história, um lugar onde é possível olhar para as feridas da ascensão sem o véu da vergonha ou da idealização. O processo terapêutico permite que o sujeito reconheça o custo psíquico do percurso, elaborando complexos parentais e internalizações que o mantêm preso à lógica da dívida e do merecimento. Trata-se, em muitos casos, de um trabalho de diferenciação: compreender que honrar as origens não significa permanecer atado a elas, e que a conquista não precisa ser perpetuamente provada. Mais do que um alívio individual, é uma reconciliação simbólica entre o passado e o presente, que abre espaço para que o desejo possa se manifestar com autenticidade. Para que se saiba, enfim, o que se quer, e não apenas o que se deve alcançar.

Ao lado disso, o encontro com pares que compartilham experiências semelhantes mostra-se fundamental. Estar entre aqueles que compreendem, sem explicações, as ambivalências da trajetória (o orgulho e a culpa, a conquista e o estranhamento) oferece um tipo de acolhimento impossível nos extremos: nem no lugar de origem, nem no de destino. Esses espaços de reconhecimento coletivo funcionam como um contraponto à solidão da ascensão, possibilitando a construção de uma identidade menos fragmentada.

Entretanto, esse movimento de integração é constantemente tensionado pelas dinâmicas contemporâneas. As redes sociais, ao ampliarem a exposição e a comparação, tornam ainda mais agudo o sentimento de inadequação. Diante de narrativas editadas de sucesso e de pertencimento, o trãnsfuga revive o medo

de ser descoberto como impostor, como alguém que chegou, mas não pertence. Assim, entre a vitrine da conquista e o silêncio das perdas invisíveis, a psicoterapia torna-se, mais uma vez, um refúgio ético: o lugar onde se pode habitar as próprias contradições sem precisar transformá-las em espetáculo.

Essas vivências, quando observadas a partir da psicologia analítica, revelam mais do que conflitos individuais: apontam para a presença de complexos culturais, isto é, de núcleos afetivos e simbólicos compartilhados por um grupo, enraizados na história e nas experiências coletivas. No caso dos trãnsfugas de classe, esses complexos se manifestam nas tensões entre mérito e culpa, pertencimento e rejeição, esforço e exaustão. Afetos herdados de uma coletividade que aprendeu a associar valor pessoal à superação constante.

A culpa por “ter conseguido”, o medo de “voltar atrás” e a sensação de ser um impostor não são apenas reações psicológicas isoladas, mas expressões vivas de um inconsciente coletivo atravessado por desigualdades estruturais. Em muitos casos, o sujeito carrega dentro de si não apenas sua própria história, mas também as vozes de gerações que sonharam, que se frustraram e que se sacrificaram para que ele estivesse ali. O conflito, portanto, não é apenas intrapsíquico: é também histórico e cultural.

Diante disso, o trabalho psicoterapêutico exige do analista uma escuta sensível a essas camadas. É preciso reconhecer que o sofrimento do paciente não se reduz a traços de personalidade ou a dificuldades adaptativas; ele é atravessado por complexos culturais que moldam o modo de sentir, de desejar e de se relacionar com o mundo. O analista deve estar atento para não reproduzir, em sua postura clínica, a lógica meritocrática ou o ideal de autonomia que tanto adoecem esses sujeitos. Em vez disso, o processo analítico pode oferecer um espaço de legitimação e de elaboração dessas feridas, permitindo que o paciente reconheça o valor de sua trajetória sem se aprisionar ao ideal de constante superação.

A violência simbólica na universidade não se limita à falta de capital cultural, mas se manifesta em microagressões raciais ou sexistas, bem como na desvalorização de sotaques e de origens

geográficas. Desse modo, a superação da barreira de classe para esses indivíduos exige lidar com o peso cumulativo das opressões, o que intensifica o sentimento de inadequação e de ser um “corpo estranho” no ambiente de destino.

Ainda que o sucesso seja o objetivo final, a ascensão gera um tipo particular de solidão, talvez o mais doloroso: a de ser incompreendido pelo próprio alicerce familiar. Para pais e mães cuja trajetória de vida foi pautada na sobrevivência imediata e no trabalho braçal, o investimento no campo intelectual – a universidade, o tempo de estudo, a dedicação a ideias abstratas – é um território completamente novo e, por vezes, estranho. A falta de códigos culturais compartilhados impede a família de compreender a dimensão da jornada trilhada pelo filho ou pela filha, ou até mesmo o valor prático de sua nova ocupação, gerando uma desconexão afetiva profunda. O trãnsfuga se vê, então, sem um lar ao qual é totalmente pertencente, flutuando entre a origem, que não o reconhece mais, e o destino, que ainda não o aceitou por completo.

Um dos mecanismos mais sutis e insidiosos de discriminação reside justamente na forma como o trãnsfuga é “celebrado” pelos pares abastados. Comentários que o rotulam como “vencedor”, “guerreiro” ou “exemplo de superação” funcionam como uma faca de dois gumes: embora reconheçam a façanha, eles também servem para exotizar a origem e demarcar, de maneira definitiva, a diferença de classe. Na clínica, tal fenômeno ressurgue como queixa de pacientes que se sentem transformados em “pobres de estimação” dos colegas. Essa distinção, ao invés de promover a integração plena, impõe ao trãnsfuga a obrigação performática de ser eternamente grato e de carregar o fardo da representação, reforçando a ideia de que o sucesso dele é uma exceção heroica e não o resultado esperado de um direito universal.

A psicoterapia torna-se, assim, um território simbólico onde o trãnsfuga pode finalmente descansar do dever de provar-se. Ao integrar suas origens e sua conquista, o sujeito passa a se diferenciar dos complexos parentais e culturais que o moviam, podendo enfim perguntar a si mesmo, com liberdade, o que realmente deseja, para além do que foi esperado dele.

Contudo, é importante destacar a necessidade de atenção às dinâmicas de transferência e de contratransferência que podem emergir na clínica diante das questões de classe. Pacientes que vivenciam deslocamentos sociais significativos podem projetar sobre o analista expectativas, sentimentos de inadequação ou ressentimentos ligados às experiências de exclusão e de mobilidade social. Por sua vez, o terapeuta, consciente ou não de seu próprio posicionamento social, pode reagir a essas projeções com emoções, julgamentos ou identificações que influenciam o andamento do processo. Reconhecer e refletir sobre essas dinâmicas torna-se, portanto, um elemento central da prática clínica, permitindo que o trabalho psíquico se desenvolva de maneira ética e sensível às tensões que atravessam a história social e subjetiva do paciente.

Considerações finais

Embora o acesso ao ensino superior tenha se ampliado de forma inegável nas últimas décadas (fruto de políticas públicas, de programas de incentivo e de transformações culturais mais amplas), é fundamental reconhecer que a democratização formal não elimina os obstáculos concretos que ainda limitam o ingresso e a permanência de muitos estudantes. A desigualdade social, o racismo estrutural, o capacitismo, a desigualdade de gênero e a concentração de renda seguem produzindo barreiras simbólicas e materiais que moldam as possibilidades de trajetória educacional. Assim, a expansão das vagas e das instituições, embora necessária, não basta: é preciso considerar as condições reais de existência dos sujeitos, suas histórias familiares, e os efeitos psíquicos e sociais de um sistema que ainda opera sob profundas assimetrias.

O fenômeno do trãnsfuga de classe, compreendido como um complexo cultural específico ou como território de intersecção onde coexistem e se reativam múltiplos complexos e traumas culturais, revela um caminho denso e ambivalente, marcado não apenas pelo êxito da mobilidade social, mas por um permanente campo de batalha, interno e externo. Nesse percurso, emergem as tensões ligadas ao

capital cultural herdado, à dor do isolamento e às exigências implacáveis da autocobrança e do risco de adoecimento psíquico. Tais experiências se tornam ainda mais complexas quando atravessadas pelas intersecções de raça, de gênero e de regionalidade, que intensificam as fraturas subjetivas em um país estruturalmente desigual. O que, à primeira vista, parece um triunfo pessoal, revela-se, na prática, uma sucessão de lutos e de adaptações: do desconforto de ser incompreendido pela própria família ao cansaço de ocupar o lugar simbólico de “pobre de estimação” no novo ambiente social.

Nesse contexto, a existência e a consolidação dos programas de ação afirmativa (um dos quais a autora foi beneficiária direta) ultrapassam o papel de meros mecanismos de correção estatística. Eles funcionam como dispositivos de transformação simbólica, tensionando os complexos culturais que sustentam a exclusão e introduzindo, no espaço universitário, a diversidade de *habitus* capaz de deslocar suas hierarquias invisíveis. No entanto, o acesso à universidade representa apenas o início de uma

travessia mais ampla, que exige novas formas de elaboração psíquica e social.

É nesse ponto que a psicoterapia adquire um papel fundamental: torna-se um espaço de acolhimento e de experimentação psíquica, onde o trãnsfuga pode dar sentido à própria história e integrar as fraturas produzidas pela ascensão. Diante da solidão de classe, da exclusão simbólica e do peso das expectativas familiares e sociais, o trabalho analítico oferece um terreno fértil para nomear feridas, elaborar complexos e distinguir o dever do desejo. Mais do que suportar a luta, trata-se de compreendê-la e de transformá-la, para que o indivíduo possa, enfim, deslocar-se do ideal de “vencer” para a possibilidade de pertencer, construindo uma trajetória que seja, de fato, sua. Nesse processo, reconhece-se também que o não-lugar, tantas vezes vivido como falha ou como ausência, pode tornar-se um espaço legítimo de existência. Um território simbólico próprio, onde a identidade se refaz em movimento e a travessia ganha sentido. ■

Referências

- Byington, C. A. B. (2013). A identidade brasileira e o complexo de vira-lata: Uma interpretação da psicologia simbólica junguiana. *Junguiana*, 31(1), pp. 71–80.
- Bourdieu, P. (2008). *As contradições da herança*. In P. Bourdieu (Org.), *A miséria do mundo* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (2011). *A distinção: A crítica social do julgamento* (2ª ed.). Porto Alegre: Zouk.
- Brasil. Ministério da Educação. (2025, outubro 27). *Programa Universidade para Todos (ProUni)*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-superior/prouni>.
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024, maio 17). *Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, embora desigualdades persistam*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/40118-2022-census-illiteracy-rate-falls-from-9-6-to-7-0-in-12-years-though-inequalities-persist>.
- Brewster, F. (2020). *O complexo racial: Questões raciais e culturais sob a perspectiva junguiana*. Petrópolis, Vozes.
- Jung, C. G. (2013). *Psicogênese das doenças mentais*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2014). *Seminários sobre psicologia analítica (1925)*. Petrópolis: Vozes.
- Kimbles, S. (2003). Joe Henderson and the cultural unconscious. *The San Francisco Jung Institute Library Journal*, 22(2), pp. 53–58.
- Lima, M. (2010). Desigualdades raciais e políticas públicas: Ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, (87), pp. 77–95.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2001). *Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas: Declaração de Durban e Programa de Ação*. Durban: Nações Unidas.
- Parise, C. L. G. & Scandiucci, G. (2022). Do pacto narcísico da branquitude à corresponsabilidade: um olhar para o complexo cultural racial. *Junguiana*, 40(3), pp. 39–52. <https://janguiana.sbpa.org.br/revista/article/view/212/280>
- Silva, C. E., & Serbena, C. A. (2021). A teoria dos complexos culturais: Uma perspectiva junguiana do social. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(1), pp. 158–171.

Contribuição dos autores: O artigo é de autoria única.

Disponibilidade de dados: O estudo não utilizou dados empíricos ou materiais suplementares.

Financiamento: Nenhum financiamento a declarar.

Conflito de interesses: Nenhum conflito de interesses a declarar.

Editora do artigo: Vera Lúcia Viveiros Sá <https://orcid.org/0009-0009-9057-0034>